

# **CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE SOBRE PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA A GEOGRAFIA AGRÁRIA<sup>1</sup>**

## **CONTRIBUTIONS TO THE DISCUSSION ON THE AGRARIAN GEOGRAPHY'S THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PERSPECTIVES**

**Maria do Carmo Corrêa Galvão**

### **Introdução**

No momento em que os Encontros de Geografia Agrária retornam a seu local de origem, numa comemoração simbólica e expressiva de seus dez anos de existência a atuação, parece-me válido e oportuno trazer como reflexão primeira de nossos trabalhos algumas considerações sobre o conteúdo programático e a estrutura assumida por este 8º Encontro que nos reúne novamente em Aracaju. É rico e vasto o seu significado na busca de novos rumos e novas fronteiras de conhecimento em Geografia Agrária.

A preocupação metodológica de que está impregnada é, a meu ver, a primeira questão a ser ressaltada. Ela se consubstancia de maneira bastante clara no enunciado dos temas centrais de debate que se enfeixam em dois grandes painéis, bem como na postulação de minicursos sobre tópicos de grande atualidade e relevância para os estudos agrários. A própria organização desses pequenos cursos, em substituição aos trabalhos de grupo usuais, merece ser mencionada pelo que representa em termos de esforço com vistas à mudanças.

A montagem de uma sessão especial para a discussão de conceitos, problemas para a discussão de conceitos, problemas e apresentações ao IBGE para a realização do Próximo Censo Agropecuário constitui, por sua vez, outra inovação de destaque. Representa ela uma das mais evidentes manifestações de amadurecimento da Geografia Agrária nacional, no sentido de uma participação efetiva e transparente do pesquisador no processo de aprimoramento de um instrumental de informação e análise de suma importância para a investigação.

Verifica-se assim que em toda a sua extensão, a programação deste Encontro espelha a preocupação irrequieta e renovadora que tem dado suporte e continuidade a estas reuniões anuais, mantendo aceso o espírito indagativo que as engendrou.

Sem dúvida, ao longo do tempo que nos espera da reunião de Salgado, em 1978 – o ano das grandes revisões e questionamento da geografia brasileira – os Encontros se constituíram num fórum permanente de debate de problemas agrários, promovendo e estimulando o desenvolvimento da pesquisa em Geografia Agrária e, com isso, o surgimento de novos geógrafos voltados para o seu estudo e novas questões a serem investigadas.

Um rápido relance sobre os textos de Documentos Básicos e de Comunicações publicadas nos Anais traz a tona a trajetória percorrida e, sob nuances várias, as diferentes preocupações que nortearam os temários, levando a cada reunião as questões mais candentes da problemática agrícola brasileira, na ótica da Geografia.

Não cabe aqui qualquer análise mais acurada da matéria, mas sim o seu registro, pelo muito que representa como expressão concreta de uma conscientização cada vez mais profunda da Geografia Agrária no que diz respeito a duas questões fundamentais: de um lado a sensibilidade e sintonia em relação aos problemas que angustiam não apenas o setor rural, mas a sociedade como um todo em resposta ao rural, e outro, a preocupação com os avanços da própria Geografia Agrária em termos conceituais metodológicos e pragmáticos.

Certamente não foi casual o fato do 1º Encontro ter sido como fio condutor de suas discussões a temática metodológica, vista naquele momento sob prismas de “Questão Agrária”, da “Metodologia da Pesquisa em Geografia Agrária” e da Universidade e a formação do geógrafo agrário no Brasil”.

Aquela linha reaparece hoje com indagações mais profundas e mais definidas, geradas no próprio exercício da investigação, e que se corporificam na temática dos painéis “Novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária” e “Problemas teórico-metodológicos da Regionalização Agrária”. Tais questões referentes a marcos teóricos e balisamentos operacionais se completam com o debate dos temas tratados nos cinco minicursos programados, e com as discussões de problemas relacionados ao Censo Agropecuário.

### Pressupostos para discussão em pauta

Vale portanto, enfatizar a preocupação metodológica do Primeiro Encontro que hoje se renova – ampliada e fortalecimento – e tomar esse fato como ponto de partida para as nossas reflexões.

A discussão sobre “perspectiva” – entendida como previsão, tendência ou expectativa para quaisquer eventos, fatos ou idéias – pressupõe necessariamente enfoques de sua situação presente e passada a serem tomadas como parâmetros ou referenciais de projeção. A questão aqui proposta, relativa à perspectivas para a Geografia Agrária, não constitui exceção.

Não se ajusta, entretanto, aos propósitos deste documento uma retrospectiva analítica circunstanciada dos caminhos ou descaminhos trilhados pela Geografia Agrária em sua evolução histórica, geral ou no Brasil. Outros geógrafos já fizeram com grande propriedade, em diferentes escritos, e algumas dessas contribuições encontram-se arroladas na bibliografia, ao final deste trabalho.

Convém lembrar, por outro lado, que a questão metodológica em Geografia Agrária há de ser vista no bojo da problemática teórico-conceitual da Geografia como um todo, não obstante as especificidades que lhe conferem identidade dentro da ciência geográfica a que requerem elaboração bastante trabalhosa, em termos de referenciais analíticos.

Inserem-se aí peculiaridades da própria agricultura que, em sua organização e estrutura, envolve uma grande diversidade de variáveis inerentes a um sistema físico só realizável em extensão, ao qual se acopla, de maneira espacialmente diferenciada, todo um sistema social que se concretiza sob forma pontual, a partir da decisão do produtor.

Guardadas, porem, estas e outras condições de complexidade peculiares à agricultura que agudizam o equacionamento de postulados metodológicos em Geografia Agrária, passou ela pelos mesmos anseios, indagações e percalços a que se expôs o pensamento geográfico ao longo de seu percurso no tempo e no espaço.

É dentro desse contexto que serão aqui explicitados, como cortes efetivamente representativos, apenas dois momentos específicos do processo de renovação da Geografia no Brasil, nos, últimos vinte anos. A eles se articulam compreensão e projeção de novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária neste

fim de século, representando, a meu ver, um terceiro momento ainda emergente daquele processo que, em si mesmo, é permanente e contínuo.

O primeiro momento é sem dúvida o da revolução teórico-quantitativa a que a Geografia brasileira parcialmente se entregou nos anos 70, na busca de embasamento teórico, sólidos e operacionais, e de uma linguagem universal de comunicação e entendimento com outros campos do saber, viabilizada por técnicas quantitativas e modelos conceituais matemáticos-estatísticos.

O segundo momento é o da contestação e revisão crítica do primeiro, fundamentada no materialismo histórico e dialético, a que, já tendo caminhado bastante em importantes centros culturais do mundo e em alguns pontos no Brasil, explode entre nós com toda força e vigor no 3º Encontro Nacional de Geógrafos – o “Encontro de Fortaleza”, em 1978.

Opostas e excludentes quanto à conceituações filosóficas e referenciais analíticas, mas não necessariamente quanto aos processos operacionais, as duas correntes ganham corpo e fôlego num confronto inicialmente acirrado e cego. Paralelamente a elas, ou como pano de fundo estrutural, a Geografia tradicional se questiona, cresce, e amadurece, sob impacto dos novos postulados que atingem sem arrebatá-la, e por essa razão são incorporados de maneira crítica às duas preocupações metodológicas.

No processo de crescimento e expansão competitiva-distorcida entre as duas concorrentes, não fogem elas ao risco de posturas extremadas e inflexíveis típicas de um determinismo tão condenável quanto o de Ratzel ou Semple – o teórico - quantitativo e o marxista radical.

A preocupação em “acertar”, “provar”, “teorizar” – levada às vezes ao extremo, e nem sempre vazada em marcos teóricos devidamente conhecidos e assimilados – perpassa alguns trabalhos realizados entre nós nos últimos anos.

Distorções do real por intermédio preconcebida, ou relações não identificadas nem apreendidas no afã da exatidão ou da teoria, prejudicam a pesquisa. Um certo “de já vu” se arrasta na Geografia, trazendo consigo desencanto e abatimento para uns ou acomodação para outros, mas também estímulo e reação para tantos mais, na busca de novos rumos e novos caminhos que são a base e a mola de quaisquer avanços do saber.

É portanto profundamente auspiciosa (e não desanimadora) a revisão metodológica que se percebe hoje na geografia brasileira e à qual se atrela a temática

básica deste seminário. Nela se encontram as diversas correntes de pensamento desenvolvidas entre nós e nela se evidencia a tomada de consciência de que problemas não resolvidos na investigação científica exigem aprimoramentos do arcabouço metodológico utilizado, e uma preocupação constante com sua adequação à dinâmica específica do objetivo focado.

O ponto a que hoje chega a geografia configura-se, assim, como um novo ponto de partida, abrindo campo e espaço para novas questões e outros tantos desafios.

### **Papel da agricultura e da Geografia Agrária**

Fontes geradoras de alimento e matéria prima de artefatos – dos mais elementares implementos e utensílios das sociedades primitivas ao mais sofisticados produtos da sociedade industrial – a agricultura desempenha papel de fundamental importância no processo de desenvolvimento do mundo moderno como matriz supridora de força de trabalho e de capital para outros setores da economia, e como mercado de consumo para bens, industriais e serviços. Inquestionável é o seu significado para todos os povos, em todos os tempos e em todos os continentes.

No Brasil, que não mais se define como país essencialmente agrícola, a agricultura persiste como setor vital do crescimento econômico e desenvolvimento social. Nem um só segmento já ocupado deste imenso território pode ser considerado inteiramente isento de alguma vinculação – passada ou presente, direta ou indireta – com a agricultura.

Não se esgotaram com o tempo as funções exercidas pela agropecuária, quer como atividade desbravadora quer como fonte produtora de riqueza para o mercado mundial, quer como força de impulsão à economia de mercado com base no setor urbano industrial.

Ao papel inicial por ela desempenhado no processo de incorporação e apropriação do território e formação de sua soberania como nação, acrescenta-se sua função como atividade responsável por conta expressiva do produto interno bruto e elevada participação na pauta de exportações, contribuindo sobre maneira para o atual posicionamento do país como oitava potência econômica mundial.

Nas há como negar, por conseguinte, o significado social, econômico e político da agricultura no Brasil moderno, atribuindo-se peculiaridade de atraso responsáveis pelo subdesenvolvimento, nem como reduzir ou questionar sua importância como objetivo de interesse para Geografia. Como ciência da organização do espaço a ela compete produzir pesquisas que possam contribuir para um conhecimento mais pleno da realidade agrária do país e dessa forma participar da formulação de soluções alternativas adequadas para os seus problemas.

Como setor de ponta em várias instituições de pesquisa geográfica do país por mais de trinta anos, com uma produção de trabalhos de valor inestimável, os estudos agrários foram superados pelos urbanos nos anos 60/70, refletindo tal fato o próprio processo de transformações, redefinindo-se no sentido de uma economia urbano-industrial.

Na atual conjuntura de crise com que o país se defronta, e que deve ser vista não apenas em sua dimensão nacional, mas em escala mundial, a agricultura é novamente chamada a desempenhar papel de destaque e para ela se voltam as atenções de toda a sociedade. Como fonte produtora de bens de exportação, é ela acionada pelo Estado através de políticas de fomento e crédito subsidiado, objetivando o equilíbrio da balança comercial indispensável à retomada do crescimento.

Novos espaços e novas conquistas tecnológicas ampliam e consolidam o papel do setor agropastoril. O quadro agrário se dinamiza e se transforma articulando-se ao sistema urbano-industrial, enquanto novos empreendimentos, problemas e desafios a ambos se interpõem.

Sob tais impulsos revitalizam-se os estudos de Geografia Agrária voltados para uma compreensão abrangente do processo de transformações em curso, assumindo novas concepções do espaço agrário, em que o rural e o urbano se articulam e interagem.

### **Crescimento econômico e relações campo/cidade**

No panorama de crescimento conturbado, confuso, desigual e contraditório que caracteriza o Brasil da atualidade, diferentes formas de polarização se concretizam no

espaço, criando modalidades novas de relações entre setores da produção, grupos sociais e empreendimento organizacionais.

Grande mobilidade espacial do capital e do trabalho atinge indiscriminadamente o campo e a cidade, enquanto a urbanização, sob a dimensão e contornos particulares, se amplia e se expande no espaço rural.

Os problemas da agricultura deixam de ser interesse exclusivamente seu, passando a atingir outros setores da economia e diferentes segmentos da sociedade. Neles são envolvidos a vida urbana como um todo, e, de forma mais específica determinados empreendimentos industriais, comerciais ou de transporte, de diversas categorias, e muitos outros setores da organização social.

A compreensão dos problemas agrários passa a exigir, de forma cada vez mais premente, uma análise ampla e cuidadosa das relações entre o rural e o urbano, visto não estarem tais problemas circunscritos apenas à sua área de ocorrência – o campo. Suas raízes são mais profundas e suas origens mais extensas e complexas, corporificando interferências várias de fatores, agentes e forças de impulsão ou inércia-internas ou externas ao quadro rural no qual se manifestam.

O pressuposto, implícito ou explícito, das relações campo/cidade se impõem sobre a agricultura no mundo contemporâneo. Constituindo ponto de interesse e debates para diversas ciências, tais relações tem sido abordadas preferentemente do ponto de vista econômico, e quase somente sob o ângulo das relações de mercado expressas pelo consumo.

Para a Geografia Agrária, entretanto, a relação campo/cidade tem muitas outras conotações, constituindo referencial básico imprescindível, ou seja para o estudo da agricultura enquanto atividade produtiva, seja para o estudo da população nela envolvida enquanto agente de produção seja ainda para a compreensão do próprio espaço agrário, enquanto segmento individualizado de um contexto espacial maior no qual se insere.

Assume-se aqui que o espaço é uma totalidade real e concreta, produzida ou construída pelas relações dos homens entre si e com a natureza, e internamente diferenciada por força da divisão social e territorial do trabalho. O espaço agrário define-se, então como um sub-espaço integrado àquela totalidade por vínculos específicos de interação, num processo contínuo de transformações.

Coerente com essa concepção, o espaço agrário identifica-se por peculiaridades de organização, geradas não apenas pelas atividades produtivas nele exercidas num determinado momento, mas também por efeito de ações externas a ele, anteriores àquelas mesmas atividades e consubstanciadas na natureza socialmente transformada pelo homem, e coparticipante dessa transformação.

Articulando-se assim ao urbano por laços de interação que corporificam os mais diversos tipos de funções entre os dois espaços, o agrário não perde sua identidade nem se esvazia de conteúdo próprio que constitui objeto específico de atenção da Geografia Agrária.

Há que se reconhecer na multiplicidade de funções embutidas nas relações campo/cidade, nas diversidade de escalas em que elas se realizam e na riqueza de sua dimensão espacial e histórica, importantes questões de estudo que demandam novos caminhos e novos enfoques conceituais-metodológicos a serem explorados na pesquisa geográfica.

À medida em que se integram ao urbano, mais dinâmicas e complexas se tornam as relações do campo e mais estimulantes, o seus estudos, carregados de tensos desafios.

### **A interação campo/cidade no debate geográfico**

Na ótica da Geografia Agrária, relacionamentos mais amplos e mais complexos que os puramente mercantis compõem o tecido coeso e articulado construído pela interação campo/cidade, e que, a meu ver, pode ser delineado sob duas questões ou indagações de base: (a) o que o campo e a cidade dão e recebem um do outro, e (b) como o campo e a cidade se vêm um ao outro, e o que esperam um do outro.

Troca, avaliação e expectativa mútuas definem e sintetizam as relações expressas naquelas questões, que em sua essência estão intimamente envolvidas umas nas outras e basicamente subordinadas à percepção.

Nesse envolvimento, transformam-se ao longo do tempo os tipos de relação e espaço em que elas se dão, não só por serem elas o reflexo dos modos de produção que articulam e constroem o espaço, mas também por serem o produto da percepção que altera parâmetros e valores dessa construção.



É nessa relação que podemos encontrar as funções, atributos e articulações do campo e da cidade, desde a geração de excedentes alimentares como ponto inicial da divisão social e territorial do trabalho a que se prende o nascimento dos aglomerados urbanos, até as relações sofisticadas e complexas que hoje articulam os dois setores.

### ***Relações de troca entre o rural e o urbano***

Nas relações entre rural e urbano, a relação de mercado emerge imediato, como ocorrência natural em qualquer sociedade economicamente organizada.

Tal relação se realiza tanto ao nível global do sistema produtivo que envolve produção, circulação distribuição e consumo – quanto na esfera dos fatores da produção – capital e trabalho – incluindo-se aí a tecnologia.

Produzindo alimentos e matérias-primas industriais, bem como capital e força de trabalho indispensáveis às atividades urbanas, o campo assume, paralelamente, o papel de mercado consumidor de produtos industrializados e serviços urbanos necessários, tanto no produtor, quanto à produção agro- pastoril.

Questões operacionais da produção rural, que exigem investigações e tecnologias avançadas e tecnologias para o atendimento adequado do consumo urbano, constituem atribuições assumidas pela cidade, a quem cabe resolvê-las e difundi-las. Sob esse ângulo, um novo circuito de relações campo/ cidade se instala, pressupondo o esforço e ajustamento de ambos.

Nesse contexto, campo e cidade se realimentam e se complementam mas não em condições de reciprocidade ou igualdade. A cidade assume posição preponderante, e até mesmo dominadora, determinando, através de sua demanda, o que, o quanto e como o campo deve produzir. A subordinação do campo à cidade assim se concretiza, não obstante sua função geratriz, de muitas das riquezas manipuladas e usadas pela cidade.

As relações de dominação/subordinação entre cidades e campo não excluem associações ou alianças entre ambos, efetuadas em proporções muito variáveis em função de interesses específicos e de condições peculiares a determinados momentos e espaços.

A variedade e diversidade de interesses refletem, por sua vez, a diversidade de óticas do campo e da capacidade, vale dizer, a diversidade de percepção de ambos.

### **Avaliação e expectativa entre campo e a cidade**

Na imagem que o campo e a cidade constroem de si mesmo e de seu comparsa, e nos valores que em função dessa imagem se atribuem mutuamente, podemos encontrar explicação para relações extremamente diversificadas, contraditórias, e por vezes incoerentes, assumidas por esses dois segmentos.

Imagens e valores originam-se da percepção e constroem-se de maneira diferenciada, no tempo e no espaço, em consonância com o processo histórico da organização social: alteram-se em sua forma e conteúdo ao longo do tempo, e nesse contexto alteram também aquelas relações.

É assim que, interpolando a percepção como processo mental, imagens e valores das respaldo a tipos de ações-individuais, coletivas, corporativas ou associativas, particulares ou oficiais, privadas ou públicas – que refletem modalidades diferenciadas de postura em relação tanto à produção, do ponto de vista econômico e social, quanto a processo produtivo como fato biológico em íntima vinculação com a natureza, ou ainda as estratégias mais amplas de desenvolvimento e gestão do território, englobando o rural e o urbano.

Ao nível de ações individuais ou corporativas, mas de caráter privado, o movimento de compra e venda de terras rurais representa modalidade significativa e espacialmente diferenciada de percepção e avaliação do espaço no processo de relacionamento campo / cidade. Situam-se nesse quadro (a) o parcelamento de glebas rurais em lotes residenciais para população ligada à atividades urbanas ou rurais, promovendo a formação de aglomerados urbanos em meio ao espaço rural; (b) a aquisição de lotes rurais como sítios de lazer para a população urbana com diferentes níveis de renda; (c) a compra de terras rurais por profissionais ou empresários urbanos como alternativa de investimento de capital acumulado no circuito urbano.

Ao nível de ações coletivas ou associativas – particulares ou oficiais – movimento ecológicos originados na cidade em defesa do meio ambiente rural traduzem

formas específicas de percepção e avaliação de recursos do campo pela cidade, como produto de uma efetiva interação rural / urbana.

Ao nível de ações governamentais, propostas bastante diversificadas refletem as posturas que lhes dão suporte e a ênfase com que são implementadas. A valorização da agricultura como setor retrógrado e de resistência ao desenvolvimento direcionando opções de política agrícola, a reforma agrária como instrumento de ampliação expansão do mercado interno ou como aparato de contenção de êxodo rural são testemunhos expressivos de percepção derivada da interação campo / cidade.

Ao nível de estratégias de desenvolvimento ou gestão de território diferentes tipos de ações promovidas pelo estado ou diferentes agentes privados são altamente significativas como evidências de percepção e inter-relações rural / urbanas. Aí se enquadram, entre outros instrumentos de ação, políticas públicas de desenvolvimento integrado englobando o rural e o urbano, bem como ações de grandes corporações agroindustriais, empresas de prestação de serviços ou rede de supermercados que, implantando no campo atividades e setores de mobilização de capital e trabalho, articulam cidade e campo, numa escala até mesmo mundial, controlando e manipulando sua interação.

Os diversos tipos de ações e posturas, aqui referidos sucintamente, constituem modalidades concretas de avaliação do rural e do urbano que reproduzem nas relações campo / cidade e sob este aspecto parecem significativos como novo enfoque para estudos de Geografia Agrária.

## **Conclusão**

As idéias aqui expostas não representam um trabalho definitivo ou concluído, mas apenas um ensaio, ainda incompleto e inacabado, sobre as relações campo / cidade na ótica da percepção em Geografia Agrária.

Suscitadas, inicialmente, pelo preparo de uma aula sobre o tema para professores do primeiro e segundo graus inscritos no Projeto UFRJ, e alinhavadas numa comunicação apresentada ao VI ENGA em Garanhuns, as questões em debate foram repensadas e penalizadas no preparo deste texto.

Espero que sua apresentação neste painel venha a suscitar questionamentos, dúvidas, indagações ou contestações, vale dizer, reflexões no sentido do seu amadurecimento como contribuição ao debate sobre novas perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia Agrária.

Quer me parecer que a relação campo / cidade, analisada pelo prisma da percepção, pode representar uma alternativa de importância para a problemática da Geografia Agrária, propiciando novas pistas para suas investigações.

Nesse particular, convém ressaltar a relevância, da “percepção” como referencial teórico, tema ao qual alguns geógrafos entre nós já vêm dedicando uma atenção especial em estudos e reflexões, abrindo novos horizontes para o desenvolvimento científico da Geografia.

Sua aplicação na Geografia Agrária será propiciar um melhor equacionamento de questões ainda não resolvidas, dentre as quais a do “ajustamento” (?) entre a decisão pontual (do produtor) e a dimensão espacial (da produção), que constitui um dos seus grandes entraves metodológicos. A própria compreensão do “ato decisório” do produtor será certamente clareada na discussão da percepção.

No bojo dessa preocupação, outras lógicas – que não necessariamente, ou apenas, as da complementariedade funcional ou da acumulação – poderão se assumidas como instrumental analítico significativo para a compreensão do complexo e complicado processo de construção do espaço que procuramos entender através da geografia, e que, na dinâmica de suas transformações desafia, com frequência, leis e princípios já consagrados da economia, da política e também do capital.

Que as discussões deste painel possam encaminhar o delineamento de novos rumos para estudos e investigações em Geografia Agrária, é o que todos nós desejamos.

## **Referências**

BECKER, B. K. Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. v.1, n.40, “não paginado”, 1978.

CERON, A. O.; GERARDI, L. H. O. Geografia Agrária – Metodologia da Pesquisa, **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v. 9, n. 17 e 18, p.59-68, 1979.

COELHO, M. C. N. **Notas introdutórias à discussão das relações cidade campo no estado do Rio de Janeiro**. Departamento de Geografia, UFRJ, 1985.

DINIZ, J. A. F. A renovação da geografia agrária no Brasil. SIMPÓSIO RENOVACÃO DA GEOGRAFIA, AGB, XXV Reunião Anual da SBPC, **Anais...** Rio de Janeiro, 1973. p.29-81.

GALVÃO, M. C. C. A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, VI., 1985, Garanhuns. **Anais...** Garanhuns: UFPE, 1985. “não paginado”.

\_\_\_\_\_. A propósito do espaço agrário e suas articulações com a economia urbano-industrial. **Anuário do Instituto de Geociências**, UFRJ, RJ, 1986. “não paginado”.

GUSMÃO, R. P. Os estudos da geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, III., 1978, **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, UFCE/AGB, 1978. p.57-62.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Correia da Silva. São Paulo. HUCITEC, 1980.

KELLER, E. Diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias. **2ª CONFEGE**, Rio de Janeiro, 1982. “não paginado”.

MACHADO, L. O. **Urbanização e monopólio do espaço**: o exemplo da Amazônia, São Paulo, 1984. (datil.)

OLIVEIRA, L. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.2, n.3, “não paginado”, abr, 1977.

\_\_\_\_\_. A percepção da qualidade ambiental. **A ação do homem e a qualidade ambiental**. Rio Claro ARGeo/Câmara Municipal, 1983. “não paginado”.

\_\_\_\_\_. O lixo urbano: um problema de percepção ambiental. **Anais do VII Simpósio Anual da ACIESP**. v.2, Problemas ambientais no Brasil. Helmut Troppmair (coord.). São Paulo, Publicação CIESP, nº 40-II, 1983.

PAIVA, R. M. Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação, **Revista do IPEA**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, “não paginado”. 1975.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

\_\_\_\_\_. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo:DIFEL, 1983.

VIELLE, P. L'espace global du capitalisme d'organisation. **Espaces et Sociétés**, n.12, 1973. "não paginado".

### **Nota**

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no VIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, no Painel "Novas Perspectivas Teórico-metodológicas para a Geografia Agrária", Dezembro/87 – Aracaju-SE, e publicado na revista GEONORDESTE, Aracaju-SE, 1989/90.

Agradecemos à Dra. Maria do Carmo Corrêa Galvão a autorização para publicar o referido texto.